

## ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEMA

Às 09 horas e 05 minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no município de Lavras/MG, iniciou-se a primeira reunião extraordinária do CODEMA de 2025, por chamada de vídeo online. As seguintes entidades representadas por seus conselheiros estavam presentes: Marcia Bianca Ferreira Meireles Saraiva Botelho (Secretaria Municipal de Educação), Denilson Teixeira (Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural), Eriello Ferreira de Araújo (Secretaria Municipal de Saúde), Manuel Dias da Silva Neto (CREA/MG), Maelton de Mesquita Siqueira (CREA/MG), José Carlos Fidelis da Silva (COPASA), Paulo Roberto Machado Carvalho (ASSEAL), Paulo Renato Costa Santos (Fundação Abraham Kasinski), Kellem Lúcia Costa (OAB/MG), Regis Pereira Venturin (EPAMIG), o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza e eu, escrevente desta ATA, David Martins Gomes Neto, Secretário Executivo do CODEMA. O Presidente do CODEMA cumprimentou a todos os presentes e deu início à reunião. **Participação em Reunião (Pontos 01 a 04) – Primeiro** – Graziela Botelho de Lima, Kira Malves Maia, Livia Dal Sasso de Souza, Fernanda Magno (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); **Segundo** – Vanessa Fabiana Costa (Representante CPS Construções S/A); **Terceiro** – Ivan Lima Borges; **Quarto** – Johann. **Aprovação da ATA (Ponto 05) – Quinto** – A ATA da 8ª Reunião Ordinária realizada em 27 de agosto de 2025 foi previamente enviada aos Conselheiros. Após discussão no plenário foi deliberado que o conselho aprova a ATA da 8ª Reunião Ordinária do CODEMA de 2025. **Emissão de Alvará para Estabelecimento (Pontos 06 a 07) – Aprovação de pareceres para liberação e funcionamento dos empreendimentos. Sexto** – ALINE APARECIDA PEREIRA SOUZA, Rua São Francisco Xavier, 388, Vila São Francisco, Lavras/MG. **Sétimo** – LUIZ HENRIQUE DOS REIS, Rua Carlos Drummond Andrade, 250, Conjunto Habitacional Alto dos Ipês, Lavras/MG. **Comissão de Empreendimentos (Ponto 08) – Oitavo – Licenciamento Ambiental** – Em reunião ordinária realizada em 27 de agosto de 2025, foi apreciada a análise técnica referente ao processo de Licenciamento Ambiental para extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, na modalidade LAC1, solicitado pelo empreendimento Prefeitura Municipal de Lavras e emitida pelo Consórcio Regional de Saneamento Básico - CONSANE. Em

34 razão de dúvidas levantadas quanto a documentação, o Conselheiro Sr. José Carlos Fidelis  
35 pediu vistas do processo, fato este que gerou a presente reunião extraordinária. O Sr. José  
36 Carlos Fidelis apresentou sustentação oral acerca da análise feita pelo mesmo, da  
37 documentação e vistoria in loco realizada com auxílio da Secretaria Municipal de Meio  
38 Ambiente. O Conselheiro José Carlos apresentou sustentação oral, relatando visita in loco  
39 realizada juntamente com a Sra. Fernanda, geóloga da Secretaria Municipal de Meio  
40 Ambiente, à área da cascalheira, com o objetivo de obter diagnóstico mais preciso, em  
41 razão de o projeto apresentar algumas falhas. Informou que, por meio do IDE SISEMA,  
42 analisou as coordenadas da área e tentou localizar nascente próxima, não tendo  
43 encontrado nenhuma. Ressaltou que a nascente está bem deslocada e distante, o que lhe  
44 deu maior segurança após a vistoria presencial, destacando que a percepção em campo  
45 difere das informações apresentadas apenas em papel. Pontuou que a principal  
46 preocupação era quanto ao manancial e ao possível carreamento de materiais, mas  
47 lembrou que o parecer do CONSANE já prevê como condicionante a implantação de vala  
48 destinada à contenção de sedimentos provenientes da cascalheira. Destacou, ainda, que  
49 no projeto o manancial consta como Ribeirão Santa Cruz, quando, na realidade, a vertente  
50 corresponde ao manancial Água Limpa, identificando, assim, erro no projeto.  
51 Acrescentou que seria pertinente incluir, como condicionante adicional, a obrigação de  
52 encaminhamento à COPASA dos resultados das análises da água, de forma semestral, a  
53 fim de complementar as análises mensais já realizadas nos mananciais. Reforçou a  
54 necessidade de retificação do nome do manancial, devendo constar “Água Limpa” em  
55 substituição ao “Santa Cruz”. Concluiu afirmando que, após a visita, sentiu-se seguro  
56 quanto à execução do projeto, embora alguns documentos ainda precisem de maior  
57 clareza. Ressaltou que a visita facilitou a compreensão da realidade local e reiterou que  
58 as estradas da região encontram-se em condições precárias. O Sr. Presidente agradeceu a  
59 contribuição do Conselheiro Sr. José Carlos Fidelis e deu seguimento à discussão. O  
60 Conselheiro Sr. José Carlos, por sua vez, agradeceu aos Conselheiros Sr. Manuel e Sr.  
61 Paulo Carvalho, ressaltando que vieram dialogando bastante sobre o projeto em questão,  
62 prestando apoio na conferência e análise da documentação. O Conselheiro Manuel faz  
63 algumas complementações em relação ao projeto em questão. Relata que identificou  
64 algumas inconsistências nos documentos, nos mapas e também no PRAD. Chamou-lhe a  
65 atenção, por exemplo, que o CAR do imóvel está em nome do Sr. Sebastião, enquanto o  
66 contrato de comodato consta em nome de outra pessoa, o que não deixa claro de quem  
67 realmente é a área e quem é o responsável por esse CAR. Outro ponto destacado foi que,

68 em um dos mapas apresentados, há sobreposição de reserva legal sobre APP. O  
69 Conselheiro disse não se recordar com clareza se é possível utilizar áreas de APP dentro  
70 da reserva legal, havendo conversão de áreas dentro do imóvel, como é o caso da  
71 cascalheira, e se isso se aplica apenas em situações de supressão. Também observou que,  
72 em outro mapa do projeto, localizado ao sul do imóvel, próximo à Área Verde, aparece  
73 como se fosse uma APP, mas no mapa a reserva legal parece sobreposta a ela. Ressaltou,  
74 no entanto, que acredita haver reserva legal suficiente no imóvel para cumprir os 20%  
75 estabelecidos no Código Florestal, mas que isso deve ser revisto. Em relação ao PRAD,  
76 destacou que, por se tratar de uma cascalheira, a análise apresentada pareceu muito vaga  
77 e superficial, sem um plano de ação consolidado. Não há clareza sobre o que será feito  
78 posteriormente, se haverá projeto de drenagem, plantio ou outras medidas de recuperação.  
79 Ressaltou, assim, deficiência técnica no PRAD. Finalizou concordando com as  
80 observações já expostas pelo Conselheiro José Carlos. O Sr. Presidente agradeceu ao  
81 Conselheiro Manuel pela contribuição na conferência e análise da documentação.  
82 Esclareceu, quanto ao contrato de comodato, que este está em nome do atual proprietário.  
83 Explicou que nos documentos consta também um contrato de compra e venda, em nome  
84 da mesma pessoa que assinou o contrato de comodato, o qual ainda não foi averbado no  
85 cartório de registro de imóveis. Informou que já existe condicionante para apresentação  
86 da certidão de matrícula regularizada, em nome do proprietário. O Presidente acrescentou  
87 ainda que, conforme manifestação do Conselheiro Paulo Carvalho, não há impedimento  
88 para que áreas de preservação permanente (APP) sejam inseridas em reserva legal. O que  
89 a legislação veda é o corte ou supressão de fragmentos nessas áreas. Sobre o PRAD,  
90 esclareceu que, infelizmente, o órgão público contrata projetos mediante licitação. Para  
91 exemplificar, informou que o valor de referência estipulado para o processo foi de  
92 aproximadamente R\$ 9.500,00, enquanto a empresa vencedora, do Espírito Santo,  
93 apresentou proposta de menos de R\$ 3.000,00, o que resultou em um estudo deficiente,  
94 que precisou de diversas correções pela equipe técnica. Citou que o PRAD indicava  
95 “plantio”, mas que a área é de pastagem (braquiária), sendo inviável implantar floresta  
96 sobre cascalheira exaurida. Assim, determinou que o PRAD preveja a recomposição da  
97 pastagem, o que é mais adequado à realidade local. Destacou que a geóloga da SMMA,  
98 Sra. Fernanda, já está acompanhando de perto tanto a extração da cascalheira quanto o  
99 processo de recuperação da área degradada, reforçando que o exaurimento da jazida não  
100 deve se dar a longo prazo, mas em tempo relativamente curto. Explicou que essa  
101 cascalheira havia sido explorada ilegalmente em anos anteriores e que, após autuações da

FEAM e da Polícia Militar Ambiental, o município buscou sua regularização. Concluiu afirmando que, diante dessas circunstâncias, o mais lógico é que a área volte a ser pastagem após o esgotamento da cascalheira. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente indagou se havia mais dúvidas quanto ao processo de licenciamento. Não havendo novas manifestações, colocou em votação. Os Conselheiros que aprovavam o licenciamento ambiental da cascalheira da Prefeitura Municipal de Lavras, nos termos do parecer do CONSANE, no que tange as condicionantes apresentadas, permaneceram como estavam. Não havendo manifestação contrária, o processo foi aprovado por unanimidade.

**Regularização Ambiental (Ponto 09) – Nono – Regularização Ambiental – ZPA – A**

Comissão Técnica de Vistoria, formada em reunião ordinária realizada em 25 de junho de 2025, pelos Conselheiros Sr. Paulo Roberto Machado Carvalho, Sr. Paulo Henrique Brito Junior, Sr. Regis Pereira Venturin e Sra. Danielly Ribeiro Delfino, apresentou parecer referente à solicitação de regularização ambiental do imóvel de Cadastro nº 1926, situado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 143, Centro, Lavras/MG, de propriedade do Sr. Ivan Lima Borges e outros. Em conclusão, os membros da Comissão informam:

*“Diante do exposto, este Conselho não apresenta objeção à necessidade de regularização deste imóvel e de outros que se enquadrem em situações semelhantes, porém não lhe cabe deliberar favoravelmente ou aprovar a regularização, uma vez que o mesmo não se enquadra na legislação municipal ou no zoneamento definido pelo Plano Diretor. Por fim, este Conselho entende ser fundamental que os órgãos competentes – Procuradoria-Geral do Município, Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e demais setores técnicos correlatos – estudem a viabilidade de regulamentação e adotem as providências necessárias para adequar a legislação e os instrumentos normativos, de forma a tratar especificamente dos imóveis localizados sobre cursos d’água canalizados, antigos e enterrados. A inexistência de previsão legal para esses casos específicos – nos quais as canalizações foram executadas juntamente com o processo de urbanização do município e, atualmente, encontram-se integradas à infraestrutura urbana – tem gerado insegurança jurídica e prejuízos à população de Lavras, dificultando soluções técnicas e administrativas adequadas. Recomenda-se, portanto, que sejam identificados todos os casos semelhantes existentes e analisadas referências técnicas e jurídicas aplicáveis, para o real entendimento do problema e para embasar futuras alterações legislativas ou normativas, inclusive com a possibilidade de redução da faixa mínima quanto tecnicamente justificado e, se necessário, a revisão da Lei Complementar Municipal nº 452/2022, garantindo, assim,*

*segurança jurídica, proteção ambiental e adequação à realidade urbana consolidada do município, em conformidade com a Lei Federal nº 14.285/2021.*” O Sr. Presidente agradece à Comissão a disponibilidade e o parecer apresentado, ressaltando que, se aprovado por este Conselho, permitirá novo encaminhamento à Câmara Municipal, à Prefeitura Municipal e à Procuradoria, com vistas a definir as situações apontadas. Informou que já há jurisprudência consolidada — Tema Repetitivo 1.010 do STJ — segundo a qual, mesmo quando canalizados e com perda da função ambiental, os cursos d’água exigem a manutenção da Área de Preservação Permanente, tanto em área urbana quanto em área rural. Há, contudo, exceções admitidas pelo próprio STJ quando houver legislação municipal específica, devidamente analisada e autorizada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). Observou que, na regulamentação local do Código Florestal, foi fixada a metragem mínima de 5 (cinco) metros, parâmetro reconhecido pelos Conselheiros no parecer, que, contudo, declarou-se impossibilitado de aprovar a regularização nos termos da legislação vigente. Esclareceu que o Parecer do Conselho, caso aprovado, possibilitará encaminhamento junto ao Executivo e, se for o caso, à Câmara Municipal, para promover a adequação legislativa necessária. Lembrou ainda que o Código Florestal federal conferiu ao município competência para regularizar sem estabelecer metragem fixa — a obrigatoriedade dos 5 metros deriva de norma municipal aprovada em 2022. Em seguida, deu a palavra ao proprietário do imóvel, Sr. Ivan Lima Borges, que afirmou ter acompanhado a vistoria e ressaltou possuir alvará de 2014, enquanto a legislação municipal questionada data de 2022. Informou que o edifício foi construído há cerca de oito anos e acredita que atende ao afastamento de 5 metros, por estar consolidado, razão pela qual entende ser discutível a exigência de regularização retroativa. O Conselheiro Manuel, abstendo-se do voto, falou em caráter de engenheiro representante do Sr. Ivan. Complementou o que foi exposto pelo proprietário, sustentando que, da análise técnica precedentemente realizada, não restou demonstrada a existência de curso d’água no local, tratando-se, em sua opinião, de área de drenagem urbana — uma cabeceira de drenagem decorrente da topografia. Ressaltou que, se a caracterização for equivocada, a área não deveria ser tratada como curso d’água, o que afastaria a incidência de ZPA e o impedimento à regularização. O Sr. Regis Venturin acrescentou que o imóvel foi aprovado e implementado conforme normas de 2014, e comentou que, no laudo da vistoria, consta a expressão “formalmente” quanto à existência do curso d’água. Questionou se a feição atual do local é de córrego ou apenas de canalização de drenagem do jardim, apontando relatos de moradores e do empreendimento vizinho

(Lavras Apart Hotel) que indicam se tratar de linha de drenagem canalizada. Observou ainda a dificuldade de identificação visual da antiga feição natural, atualmente descaracterizada. O Sr. Presidente informou que há histórico técnico existente na SMMA que atesta a presença do curso d'água, com ARTs de profissionais e relatos de moradores antigos sobre a canalização realizada à época, bem como registros de fornecimento de manilhas pela Prefeitura. Contudo, reconheceu a necessidade de o proprietário demonstrar, por meio de prospecção técnica, a posição exata da canalização e sua distância em relação à edificação, vez que a documentação disponível no QGIS pode apresentar divergências. O Conselheiro Manuel pontuou que a simples demarcação no QGIS não equivale a uma caracterização técnica ampla do curso d'água; que a emissão de ARTs não torna a informação incontroversa; e que relatos de moradores apontam para obras de drenagem, e não necessariamente para a existência, em si, de um curso d'água. Reforçou a distinção entre drenagem urbana e curso d'água natural, o que é crucial para definir a incidência de ZPA. O Conselheiro Paulo Carvalho observou que, na mesma rua, há outros casos indeferidos e que, na base hidrográfica do IDE SISEMA (com referência à carta do IBGE de 1975), não consta curso d'água naquela localização. Levantou a questão de que, se a SMMA presume a existência de curso d'água, caberia ao poder público comprovar essa condição administrativamente, em vez de impor ao empreendedor o ônus de provar a inexistência, o que poderia gerar custo e insegurança a terceiros em situação semelhante. Após ouvir as manifestações, o Sr. Presidente registrou concordância com alguns pontos e ressalvas quanto a outros. Propôs a elaboração de um parecer do CODEMA encaminhado ao Executivo Municipal para que seja adotado critério técnico oficial (baseado, por exemplo, na carta do IDE SISEMA) para fins de definição da existência ou não de cursos d'água em áreas urbanas de Lavras. Explicou que, com a anuência da Prefeita, tal critério poderia ser formalizado mediante decreto, uniformizando a base técnica utilizada pela administração. Dessa forma, o Sr. Presidente nomeou comissão para elaborar proposta a ser encaminhada ao Executivo visando eventual aprovação e expedição de decreto, quando necessário. A comissão foi composta pelos Conselheiros Sr. Paulo Carvalho, Sr. Manuel, Sr. Regis Venturin, Sr. Paulo Henrique Brito Jr. e Sra. Mirene. Em virtude dessa deliberação, o processo foi retirado de pauta até a apresentação da proposta pela referida comissão, que substituirá o parecer apresentado e permitirá nova análise posterior do processo.

202 O Sr. Presidente comunicou que foi apresentado um recurso de impugnação pelo  
203 Vereador José Cherem em relação às candidaturas da sociedade civil, especificamente do  
204 atual Conselheiro Sr. Claudemir da Silva Santana, do Conselheiro Sr. Paulo Renato Costa  
205 Santos e de sua suplente, vinculados à Fundação Abraham Kasinski. Informou que o  
206 recurso foi deferido pela Comissão Eleitoral e, diante disso, a Fundação Abraham  
207 Kasinski deverá indicar novos representantes. Acrescentou que o suplente de notório  
208 saber, vinculado ao Conselheiro Sr. Claudemir, passará à condição de titular, devendo  
209 indicar um novo suplente. Ressaltou, ainda, que todas as demais candidaturas foram  
210 devidamente deferidas, prestando tais esclarecimentos aos Conselheiros para ciência  
211 quanto ao andamento do processo eleitoral.

212 Às 09 horas e 54 minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, nada mais  
213 tendo a se tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza, encerrou a  
214 primeira reunião extraordinária do CODEMA, da qual para constar, eu Secretário  
215 Executivo do CODEMA, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será  
216 assinada pelo Sr. Presidente.

**Adriano Garcia de Souza**

**(Presidente do CODEMA)**